

## INTRODUÇÃO

Foram os Gregos que «inventaram» a política — a palavra e a coisa. De facto, política vem de *polis*, termo grego que traduzimos por «cidade». Quando os Gregos tentavam definir o que entendiam por *polis*, falavam de uma *koinonia tôn politôn*, de uma comunidade de cidadãos. Com efeito, a Grécia não era um Estado, como atualmente, mas um conjunto de pequenos Estados autónomos, ligados entre si por uma comunidade de língua, de religião e de civilização, dos quais as *poleis*, as cidades, eram as mais estruturadas. Cada cidade constituía, portanto, uma unidade política, com as suas próprias instituições e as suas leis, e, em princípio, gozava de independência completa em relação às outras cidades. Na realidade, as coisas não se passavam deste modo e algumas cidades impunham a cidades vizinhas ou a cidades que faziam parte de uma mesma aliança uma hegemonia mais ou menos declarada. A autonomia das cidades não deixava, todavia, de ser uma realidade à qual estavam profundamente ligadas, e assim se explica que nunca tenha havido uma unidade política do mundo grego, exceto em algumas situações pontuais, para fazer face a um adversário externo.

Uma cidade grega era geralmente constituída por um centro urbano, na maior parte dos casos próximo do mar, e por um território mais ou menos vasto. Pode fazer-se uma ideia do tipo ideal da cidade grega a partir das escavações feitas no local de algumas cidades «coloniais» na Itália do Sul, na Sicília e nas costas do Mar Negro.

Verificou-se que nestas cidades, fundadas por gregos a partir de meados do século VII antes da nossa era, o território era dividido pelos colonos no momento da fundação, inserindo-se esta divisão no prolongamento da divisão do centro urbano. O mesmo é dizer que não havia divisão entre a cidade e o campo, sendo a cidade essencialmente o centro político e religioso de uma comunidade de homens que vivia sobretudo dos proventos da terra. Claro que não podemos esquecer que falamos de cidades novas, fundadas por emigrantes que, obviamente, procuravam reconstituir «além-mar» o plano da sua cidade de origem, mas tendo a preocupação de a sistematizar, até porque este aspeto sistemático falhava na sua cidade natal, que tinha sofrido uma longa evolução, e o desequilíbrio daí decorrente estivera muitas vezes na origem da sua partida. No entanto, apesar deste desequilíbrio, de que voltaremos a falar, o essencial continua a ser a ligação estreita entre o centro urbano e o seu território e entre a posse de uma parcela deste território e a pertença à comunidade cívica.

Mas a originalidade da cidade grega não se resumia a isto. Residia sobretudo no facto de no seio desta comunidade as decisões serem tomadas na presença de todos, embora na maior parte dos casos se tratasse unicamente de aprovar o que era proposto por uma minoria cujo poder advinha da riqueza, da força militar e da autoridade religiosa. De certo modo, como veremos, a história das cidades gregas é marcada pelo crescimento mais ou menos rápido desta minoria, que acabará por englobar todos os membros da comunidade, como acontecerá na Atenas democrática, a partir do século V a. C. Esta época será o termo de uma evolução que se prolongou por dois séculos, o cidadão tornar-se-á o detentor da soberania, e a «profissão» de cidadão tornar-se-á uma realidade, até ao momento em que, vencida pela Macedónia, a cidade renuncia a uma parte da sua autonomia, e os cidadãos a uma parte da sua soberania.

# 1

## As origens da cidade grega e a elaboração da cidadania

O problema das origens da cidade grega foi dos que mais controversia geraram entre os historiadores. Parece mais ou menos confirmado que a chegada à Península Balcânica de pessoas que falavam uma língua que se tornaria o grego se dá no início do segundo milênio antes da nossa era. Como se fez esta penetração, que destino tiveram as populações que ocupavam anteriormente o território a que hoje chamamos Grécia, são aspetos que nada permite esclarecer com certeza. Para nos esclarecer, temos vestígios deixados no solo pelos imigrantes, mas a sua interpretação é difícil. Há também relatos dos próprios gregos que se deleitam em descrever as suas origens, mas, na maior parte dos casos, são reconstruções destinadas a justificar ambições posteriores. Uma única certeza: não havia um Estado centralizado, mas, a partir do século xvii a. C., surgem em algumas regiões da península centros mais importantes onde não demora a florescer uma brilhante civilização à qual, devido ao nome de um dos seus centros, Micenas, na Argólida, no Nordeste do Peloponeso, chamamos civilização micénica.

## 1. A CIVILIZAÇÃO MICÉNICA

### 1.1. Os poemas homéricos

Na base do nosso conhecimento desta civilização está um homem de negócios alemão, Henri Schliemann, e o seu entusiasmo pela primeira obra literária escrita em grego que chegou até nós: os dois longos poemas que os Gregos atribuem a Homero, a *Iliada* e a *Odisseia*. O primeiro destes poemas relata a guerra que os Gregos, sob o comando de Agamémnon, rei de Micenas, terão feito contra uma cidade da Ásia, Troia. O objetivo era vingar a afronta infligida ao irmão de Agamémnon, Menelau, cuja esposa, a bela Helena, tinha sido raptada pelo filho do rei de Troia. O segundo narra as desventuras de um companheiro de Agamémnon, o rei de Ítaca, Ulisses, que depois da conquista de Troia, de que tinha sido o principal obreiro com a artimanha do cavalo de madeira introduzido no interior das muralhas da cidade, vagueou durante dez anos pelos mares antes de reencontrar, depois de passar pelas mais extraordinárias aventuras, a sua pátria e a sua fiel esposa, Penélope.

### 1.2. As escavações de Micenas

Em 1874, Schliemann, preocupado em encontrar vestígios da vida de Agamémnon e dos seus companheiros, iniciou escavações no local arqueológico de Micenas, onde foram encontradas ruínas de um palácio fortificado, túmulos com riquezas várias, entre elas numerosos objetos em ouro, e ainda tábuas com uma escrita que só foi decifrada dez anos mais tarde. Schliemann estava convencido de que tinha descoberto o palácio de Agamémnon. Mas rapidamente se verificou que as coisas não eram assim tão simples, e a leitura das tábuas veio dar força aos que duvidavam de que os heróis de Homero tivessem tido um poder comparável ao que escavações feitas posteriormente, em Micenas e noutros locais do Peloponeso e da Grécia central, revelaram.

### 1.3. A organização palaciana

A existência de um sistema de escribas, que mantinham atualizada uma contabilidade minuciosa, reveladora de uma estrutura social complexa, fazia pensar mais numa organização palaciana semelhante à de alguns Estados do Antigo Oriente do que na sociedade relativamente primitiva que os escritos de Homero deixavam transparecer. É verdade que o poeta pretendia contar uma história que remontava a um passado longínquo, que teria chegado até ele pela tradição oral. Mas a ligação entre o «mundo homérico» e o «mundo micénico» era óbvia. Por outro lado, os progressos da arqueologia revelavam que a influência da civilização micénica se exercera fora da Grécia propriamente dita e que os «reis» destes palácios não só controlavam as atividades de produção no quadro palaciano e nas aldeias que dele dependiam, como estavam em contacto com Creta, da qual muito provavelmente se assenhorearam no século XIV a. C., bem como com o Egito, a Síria e a bacia ocidental do Mediterrâneo. Por outro lado, à medida que as escavações arqueológicas avançam, torna-se óbvio que muitos dos palácios micénicos foram brutalmente destruídos no final do século XIII a. C., ao mesmo tempo que a civilização material empobrecia, o uso da escrita desaparecia e a população diminuía. Atualmente, tende-se a esquecer o que durante muito tempo se considerou como o fim da civilização micénica, atribuído à chegada de uma nova vaga de invasores. Nem todos os sítios micénicos desapareceram e os traços da cultura micénica perduraram ainda durante um século. No entanto, os arqueólogos não desistiram de designar por «séculos obscuros» o período entre a destruição dos principais sítios micénicos e o «nascimento» da cidade grega que, para alguns, será mais um «renascimento» do que um nascimento propriamente dito — os novos povoados a reocupar por vezes os locais já antes habitados na época micénica. O problema é complicado e origina inúmeras controvérsias. Limitar-nos-emos aqui a alguns aspetos gerais.

## 2. O DESPERTAR DO FIM DO SÉCULO IX E O NASCIMENTO DA CIDADE GREGA

O que a arqueologia revela sem sombra de dúvida é um rápido crescimento da colonização a partir do final do século IX a. C., ao mesmo tempo que se verifica o retorno ao comércio, especialmente com o mundo oriental, prelúdio do uso da escrita. A partir de meados do século VIII há a expansão para o Mediterrâneo Ocidental, primeiro, e o Oriental, depois. Algumas destas colónias, sabe-se, recuperavam locais ocupados na época do apogeu da civilização micénica. Outros parecem desenvolver-se em volta de santuários ou de túmulos monumentais onde afluíam oferendas. O material descoberto nas necrópoles, tal como as oferendas, revela a existência de uma sociedade guerreira, mas se estes guerreiros parecem mais ricos e mais poderosos do que os que os rodeavam e trabalhavam a terra, em contrapartida não se notam grandes diferenças entre eles e, sobretudo, não há nada que lembre a complexa estrutura da sociedade micénica.

### 2.1. O reaparecimento da escrita

Nunca é demais repetir que, a partir dos dados mudos da arqueologia, a única coisa que podemos fazer é pôr hipóteses. E muitas vezes, quando não dispomos de fontes para as fundamentar, estas hipóteses são meramente teóricas. No entanto, podemos recordar, mas com muita prudência, algumas manifestações suscetíveis de reforçar estas hipóteses. Começemos pelo reaparecimento da escrita, mas de uma escrita que é diferente, tanto pela sua natureza como pelos seus usos. Enquanto a escrita micénica, o «linear B», era uma escrita silábica, a escrita que os Gregos vão buscar aos Fenícios é uma escrita alfabética, à qual acrescentam vogais para poderem transcrever a sua língua. Escrita muito mais leve e muito mais flexível, que não requer uma aprendizagem longa e que tem uma utilização diversificada. De facto, serve para narrar, para fixar o canto do poeta, para publicar as leis. Não é por acaso que com a escrita nasce a poesia

épica, esses poemas homéricos herdeiros de uma longa tradição oral, mas que — uma vez passados à escrita por um poeta que talvez se chamasse Homero e que vivia nessa Grécia da Ásia para onde tinham emigrado, depois da destruição dos Estados micênicos, gregos vindos da Europa — iriam fundar o saber dos Helenos e conhecer uma larga difusão em todo o mundo egeu. Já fizemos referência à controvérsia que divide a crítica moderna, a propósito do uso que o historiador pode fazer dos poemas homéricos. Não podemos esquecer que se trata de uma criação literária e que o tema era uma guerra, real ou imaginária, dos Gregos contra Troia, alguns séculos antes. Mas toda a criação literária contém em si uma parte do real. E se a sociedade retratada por Homero não é a do mundo micênico, tal como no-lo revelam as tábuas, nem a sociedade contemporânea do poeta, tem seguramente a ver com ambas e talvez também, como sugeriu o grande historiador Moses Finley, com esses séculos obscuros que precederam o nascimento da cidade.

## **2.2. As primeiras manifestações da vida cívica**

É por isso que é de todo o interesse verificar na *Iliada* e, sobretudo, na *Odisseia* as primeiras manifestações do que se poderia chamar uma «vida cívica». Na *Iliada*, é a conhecida cena que figura no escudo de Aquiles, que retrata um julgamento em que se confrontam dois grupos; são também os debates presididos por Agamémnon, o mais importante dos reis que formam o Conselho, na presença de todos os guerreiros gregos. Na *Odisseia*, é a menção ao povo (*dêmos*) de Ítaca, assistindo passivamente aos debates entre Telêmaco e os pretendentes à mão de Penélope, ou ainda as reuniões do Conselho onde estão os reis e os Anciãos na ágora de Esquéria, a cidade dos Feaces. Está aqui delineado o traço comum característico do sistema político da cidade: a assembleia do *dêmos* na ágora, no centro do espaço urbano, o Conselho restrito que inicialmente tomava sozinho as decisões, um conselho que reúne os Anciãos e os mais poderosos, enfim, os magistrados (os «reis» dos poemas homéricos), a quem compete dar cumprimento às decisões tomadas em comum e resolver

os conflitos, ao mesmo tempo chefes de guerra e chefes religiosos que presidem aos sacrifícios, para além de estarem investidos de poder judicial.

### 2.3. O exemplo de Atenas

Não temos qualquer descrição rigorosa desta organização política, mas um texto do século IV a. C., a *Constituição de Atenas*, atribuído a Aristóteles, fala-nos de uma tradição no funcionamento das instituições atenienses que tem bastante interesse. De facto, Atenas tem a particularidade de ter sido um centro palaciano na época micénica, menos importante do que os de Micenas ou de Pilo, mas que escapou parcialmente às destruições do fim do século XIII. O palácio, situado na Acrópole, subsistiu durante mais tempo e a cidade serviu de refúgio aos gregos fugidos de outras regiões. Assim se explica a tradição da migração de Atenas para as ilhas e costas da Ásia Menor e assim se explicam também as ambições atenienses em relação a estas ilhas e a estas costas, na época clássica, alegando uma comum origem jónica. Ora, a descrição que o autor da *Constituição de Atenas* faz das antigas instituições da cidade, da *archaia politeia*, deixa supor uma evolução que teria partido do poder real original para chegar às magistraturas da época arcaica e clássica. O rei teria começado por ser privado do seu poder militar, que passou para o polemenco, depois do seu poder judicial, que passou para o arconte, ficando unicamente com a autoridade religiosa. Por outro lado, estas magistraturas, inicialmente vitalícias, teriam sido atribuídas depois por um período de dez anos, antes de se tornarem anuais. Os três magistrados derivados do antigo poder real teriam como adjuntos seis tesmótetas, encarregados de redigir as *thesmia*, as decisões judiciais que tinham força de lei, e de as publicar. O conjunto destes magistrados eleitos anualmente formava o colégio dos nove arcontes que estava à frente dos destinos da cidade, enquanto os arcontes que iam cessando funções formavam o Conselho do Areópago, guardião da constituição e tribunal soberano. O autor da *Constituição de Atenas* define que os arcontes e, conseqüentemente, os areopagitas eram recrutados entre



os melhores (*aristoi*) e os mais ricos, sendo a sua riqueza essencialmente constituída por terras.

Gostaríamos muito, como é evidente, de poder ser mais precisos quanto às estruturas sociais destas cidades nascentes. Já referimos a ajuda que, neste aspeto, a arqueologia nos pode dar. Os «melhores» diziam-se descendentes dos heróis dos poemas homéricos a quem veneravam e cujos valores assumiam como seus. Os túmulos e as pinturas dos vasos dão-nos informações sobre o tipo de vida que levavam, sobre as armas que tinham, sobre os objetos de que gostavam de se rodear. Mas tudo isto é muito pouco e, sobretudo, não nos permite compreender como é que a situação iria evoluir durante a época arcaica.

### 3. AS TRANSFORMAÇÕES DAS CIDADES GREGAS ENTRE OS SÉCULOS VIII E VI

Se de facto podemos admitir que a cidade grega aparece nos finais do século IX, já a cidadania surge lentamente e passa por uma série de crises. Não é fácil reconstituir os factos e é importante que se diga que a evolução não se fez por todo o mundo grego ao mesmo ritmo. Aliás, a própria documentação de que dispomos tem um valor desigual e varia segundo as cidades. E sobretudo, as fontes que nos permitem aceder à maior parte dos acontecimentos que marcam os três séculos da época arcaica datam de alguns decénios, ou mesmo de vários séculos depois. Por exemplo, devemos ao historiador Heródoto muitas informações, algumas delas de carácter episódico, sobre as principais cidades do mundo grego. Mas, muito frequentemente, o que ele transmite são tradições elaboradas fora do tempo para justificar uma política de meados do século V, a sua época.

#### 3.1. A crise agrária

Quando se tenta descobrir as principais transformações que o mundo grego sofreu durante a época arcaica, dever-se-á colocar o problema agrário em primeiro lugar entre os fatores que contribuíram

para o alargamento da comunidade cívica. Não há qualquer dúvida de que, no início, só os que possuíam as melhores terras faziam parte da comunidade cívica. O grosso da população, essencialmente camponesa, estava numa posição de maior ou menor dependência. O poema *Os Trabalhos e os Dias*, de Hesíodo, espécie de calendário religioso e agrícola, revela claramente a precariedade da condição camponesa e a ameaça de servidão que pairava sobre o camponês pobre que, para poder sobreviver, se via obrigado a pedir emprestado ao vizinho mais rico. As fontes posteriores também falam do endividamento do camponês e da servidão por dívidas, especialmente a propósito da situação em Atenas no final do século VII. É perfeitamente legítimo deduzir que estes camponeses no limiar da miséria não participavam nas assembleias do *dêmos* que se realizavam muito irregularmente na ágora e que as decisões sobre a comunidade eram tomadas pelos conselhos restritos dos notáveis, frequentemente os mais velhos de entre os «bem-nascidos». É certo que os camponeses permaneciam livres, teoricamente, e não estavam sujeitos à servidão, como os hilotas de Esparta, mas viviam permanentemente sob a ameaça dessa servidão por dívidas de que nos falam as fontes antigas.

### **3.2. A expansão grega no Mediterrâneo**

É esta situação que explica o vasto movimento de expansão dos Gregos para o Mediterrâneo que se inicia em meados do século VIII a. C. As fontes antigas, frequentemente tardias, citam a pobreza do solo, a *sténochoria*, como a causa que obrigava os Gregos a emigrar em busca de novas terras. Podem a estas juntar-se outras razões, mas a localização das novas colónias em regiões férteis e produtoras de cereais (Itália do Sul, Cirenaica, Crimeia), bem como aquilo que adivinhámos terem sido as práticas de divisão do solo entre os colonos, confirmam que a necessidade de terras era uma das principais causas da expansão, embora também deva ter havido outros fatores (aprovisionamento de metais usuais e preciosos, controlo de certas vias estratégicas ou comerciais) tidos em conta aquando da escolhas dos locais. Aquilo a que impropriamente se chama a colonização grega

levou portanto à criação de novas cidades em todo o perímetro do Mediterrâneo, cidades que rapidamente ganharam o aspeto típico desta forma particular de Estado: um aglomerado urbano que se organiza em volta da ágora e que tem um porto, um território que os novos cidadãos partilham entre si e santuários, uns urbanos, outros nos limites do território para associar os deuses à tomada de posse do solo.

Mas se a expansão grega respondeu essencialmente à necessidade de encontrar novas terras, não foi suficiente para fazer desaparecer a necessidade de terra nem, sobretudo, a desigual repartição do solo que condenava à miséria, o mesmo é dizer à servidão, os pequenos camponeses da Grécia continental. Daí resultou uma situação de crise de que apenas conhecemos alguns exemplos bastante vagos, mas que parece ter afetado a maior parte do mundo grego.

### **3.3. A crise em Atenas: Sólon**

É em relação a Atenas que estamos mais bem — ou menos mal — informados. Segundo o autor da *Constituição de Atenas*, é pelo final do século VII a. C. que a crise atinge o seu ponto culminante: nesta altura, os pobres estavam submetidos aos ricos que detinham a maior parte do solo. O autor parece fazer uma distinção entre dois grupos diferentes: aqueles a quem chama *hectémoroi* (sextaneiros), que eram uma espécie de rendeiros obrigados a dar um sexto da colheita aos que controlavam a terra na qual trabalhavam, e da qual eram proprietários de facto, se não mesmo de direito; e os *pelatai*, camponeses pobres que se viam forçados a endividar-se, ficando sob a ameaça de serem reduzidos à condição de escravos caso não pagassem a dívida. Há muitos pontos obscuros quanto à origem da condição dos *hectémoroi*, mas não quanto à existência de uma grave crise que ameaçou a unidade da cidade e que foi resolvida com a arbitragem do arconte do ano de 594, o legislador Sólon. Este não só pôs fim à condição de *hectémoroi* mandando arrancar das suas próprias terras os marcos que simbolizavam o estado de dependência dos rendeiros, como aboliu a servidão por dívidas. Além disso, dotou

a cidade de leis escritas para que a justiça fosse a mesma para todos. No entanto, Sólon recusou-se a proceder à divisão igualitária da terra pública, exigida por uma parte dos camponeses, o que deu origem a novos tumultos. Mas conseguiu reconstituir de imediato a comunidade cívica com novas bases. E se não é correto considerá-lo, como aconteceu mais tarde, como o fundador da democracia ateniense, a verdade é que daí em diante todos os atenienses passaram a ser iguais aos olhos da lei. E embora ainda não fossem «cidadãos», já eram homens livres.

### **3.4. O exemplo de Esparta**

Antes de Atenas, já uma outra cidade tinha atravessado uma crise semelhante, para a qual foi encontrada uma solução diferente da que Sólon encontrou para Atenas: foi em Esparta, cuja história, à qual os Antigos atribuem um carácter exemplar e único, continua particularmente enigmática para o historiador. Esparta teria sido fundada pelos Dórios, a derradeira leva de emigrantes que contribuiu para a formação do povo grego. Nas tradições que nos chegam através dos historiadores antigos, os Dórios que fundaram Esparta terão reduzido os habitantes da Lacónia à condição de hilotas, isto é, de camponeses submetidos à servidão. Segundo estas mesmas tradições, na sequência de tumultos que ameaçaram a unidade da cidade, um legislador inspirado, Licurgo, dividiu o solo da Lacónia em lotes iguais, que foram distribuídos pelos 9000 espartanos, lotes que os hilotas, que no total pertenciam ao conjunto dos espartanos, cultivavam. O mesmo Licurgo terá dotado a cidade de uma constituição, sob a forma de um oráculo ditado pelo deus de Delfos. Essa constituição repartia a autoridade sobre a cidade por dois reis oriundos de duas dinastias que existiam desde a origem da cidade, por um conselho de Anciãos, ou gerúsia, com vinte e oito membros designados vitaliciamente e pela assembleia do povo que, tendo começado por ser soberana, passou depois a ser meramente consultiva e podia ser dissolvida pelos reis e pelos gerontes. A historicidade de Licurgo, a divisão igualitária do solo, o oráculo ou *Grande Rhétra* que determinava as relações entre reis, gerontes e assembleia,

têm levantado inúmeros problemas aos historiadores e já foram tentadas várias hipóteses de interpretação dos dados da tradição de modo a fazê-los coincidir com o pouco que sabemos da história de Esparta através de outras fontes. De um modo geral, duvida-se que a criação das instituições espartanas tenha sido obra de um único legislador, como nos dizem os escritores da época clássica e das épocas ulteriores. Já na Antiguidade havia muitas dúvidas acerca da personagem de Licurgo e da época em que teria vivido. Também não se acreditava na divisão igualitária do solo da Lacónia e não se percebia como é que teria sido possível mantê-la ao longo dos séculos. Quando muito, pode imaginar-se que os Espartanos, depois de conquistarem a Messénia, rica planície vizinha da Lacónia cujos habitantes foram reduzidos à condição de hilotas, tenham dividido equitativamente pelos vencedores as terras conquistadas. E foi sem dúvida nessa altura, nos finais do século VII, inícios do século VI, que foram criadas as instituições que, à exceção do carácter hereditário da dupla realeza, se inseriam no esquema geral que já se entrevia tanto em Ítaca como na cidade dos Feaces e na Atenas arcaica: os magistrados (aqui os reis), um Conselho restrito e uma assembleia do *dêmos*, que só muito raramente se reunia e que não tinha efetivo poder.

### **3.5. A tirania**

Por outro lado, a crise desembocou num fenómeno que parece ter desempenhado um papel importante na evolução das cidades gregas, embora tenha sido relativamente circunscrito no tempo e no espaço — a tirania. Também aqui temos de interpretar os dados de uma tradição que apresenta o tirano como um ambicioso que, para se tornar senhor da cidade, não hesita em apoiar-se nos mais pobres e que semeia o terror para se manter no poder, massacrando os adversários e reduzindo os seus próprios apoiantes à obediência forçada. No imaginário dos Gregos, o tirano é o anticidadão por excelência, aquele que confisca o poder da comunidade cívica e se situa fora da cidade que reduz à servidão. Na realidade, as coisas foram certamente mais complexas, e o tirano surgiu num contexto de lutas sociais e de

rivalidades no seio da aristocracia dominante das cidades. Voltando a Atenas, e ao que nos dizem Heródoto e o autor da *Constituição de Atenas*, parece que a tirania de Pisístrato foi, ao mesmo tempo, consequência do descontentamento gerado pelo carácter parcial das reformas de Sólon e pela sua recusa em resolver a crise agrária com uma nova divisão do solo, e das rivalidades que existiam entre algumas grandes famílias aristocráticas. Pisístrato soube jogar habilmente com as circunstâncias e, mantendo as leis de Sólon e as instituições existentes, serviu-se da sua autoridade absoluta para dar ao campesinato pobre uma ajuda material. Ao mesmo tempo, reforçou a unidade da cidade e favoreceu o seu desenvolvimento material. O seu reinado inaugura a grandeza de Atenas, que em breve eclipsaria todas as outras cidades e imporia a sua hegemonia ao mundo egeu, uma hegemonia política, cultural e económica.

#### 4. O ALARGAMENTO DA COMUNIDADE CÍVICA: O NASCIMENTO DA IDEIA DE IGUALDADE

A obra dos legisladores e dos tiranos nos séculos VII e VI surge portanto neste contexto de crise agrária que parece ter esboroadado os fundamentos da sociedade aristocrática e proporcionado aos camponeses condições de vida mais aceitáveis e uma maior independência pessoal. Mas temos de ter em conta outros fatores para compreender como, paralelamente a esta liberdade adquirida, se passou a um controlo mais ou menos ativo da decisão política, ou seja, como é que o *dêmos* — a arraia-miúda — acabou por se tornar, lado a lado com os *aristoi* — os «melhores» — parte integrante de uma mesma comunidade de cidadãos.

##### 4.1. O fator militar

Em primeiro lugar, há um fator absolutamente decisivo: o fator militar. Já definimos a cidade emergente como sendo formada por uma aristocracia de guerreiros, possuidores de cavalos e de boas

armas, que asseguravam a defesa comum. Mas com o desenvolvimento das cidades, cada uma delas começou a ter necessidade de defender o seu território das investidas das cidades vizinhas, o que levou ao alargamento da função guerreira. Nela passaram a participar todos os que tinham capacidade para arranjar uma panóplia, ou seja, o equipamento de um soldado de infantaria, de hoplita. A este propósito, evocou-se por vezes a «revolução» hoplítica, que teria substituído os combates desordenados e os duelos heroicos da epopeia pela formação em falange, em que todos os combatentes, alinhados em várias fileiras, formavam uma massa compacta, protegidos pelo famoso escudo redondo que seguravam firmemente com a mão esquerda. Na realidade, mais do que a formação em falange, é a sua abertura a um maior número de combatentes que tem consequências importantes. Porque no seio da falange, todos os combatentes podiam trocar de lugar com os outros, eram, portanto, iguais, e em caso de vitória, o espólio, fosse ele armas, gado ou terra, era dividido em partes iguais por todos. A extensão das fileiras da falange contribuiu para o desenvolvimento da ideia de igualdade. E da igualdade na partilha do espólio passou-se à igualdade na divisão da autoridade política. Claro que as coisas não foram assim tão simples, nem se passaram da mesma maneira por todo o lado. Em Esparta, por exemplo, a cidadania confundiu-se muito rapidamente com a função guerreira, já que os Espartanos eram primeiro, e antes de tudo o mais, soldados, porque a servidão dos hilotas lhes permitia a total independência económica. Nos outros sítios, só os que tinham capacidade para se equipar como hoplitas é que podiam participar também nas assembleias, e o *dêmos* confundia-se com a cidade em armas. É pelo menos o que dá a entender o filósofo Aristóteles, que considerava esta «cidade dos hoplitas» como a melhor possível. Em Atenas, a evolução foi mais complexa, e vamos deter-nos um pouco mais nesta cidade, até porque é também em relação a ela que temos mais informação, apesar de as nossas fontes nem sempre serem muito fiáveis.

## 4.2. O exemplo de Atenas: a revolução clisteniana

Já fizemos referência à crise para a qual Sólon encontrou um início de solução e à tirania de Pisístrato, que contribuiu para o rápido desenvolvimento da cidade.

### 4.2.1. O sistema censitário

Segundo a tradição veiculada pelo autor da *Constituição de Atenas*, Sólon, depois de ter resolvido a crise agrária, terá procedido a uma divisão dos Atenenses em quatro classes censitárias, em função dos seus rendimentos. As duas primeiras classes *pentacosiomédimos* e *hippeis* (cavaleiros) correspondiam à antiga aristocracia. A terceira, a dos *zeugitas*, era formada por camponeses abastados, com capacidade para se armar como hoplitas. A última, a dos *tetas*, reunia todos aqueles que tinham rendimentos inferiores a duzentas medidas de grãos. Na época clássica, os *tetas* correspondiam sensivelmente a metade da comunidade cívica e serviam na armada, como remadores. A acreditar no autor da *Constituição de Atenas*, os *tetas* não podiam ascender às magistraturas. Mas tinham, por direito, assento na assembleia e nos tribunais. Se as coisas se passavam de facto assim, isto quer dizer que, na Atenas do início do século VI, a plena cidadania já não estava circunscrita aos detentores de capacidade hoplítica. Mas é necessário fazer aqui uma dupla observação: por um lado, as assembleias do *dêmos* não deviam ser frequentes e, por outro, deviam limitar-se a aprovar as decisões tomadas pelo Conselho do Areópago, cujos membros eram recrutados, como já vimos, unicamente entre os «bem-nascidos»; mas sobretudo, devemos desconfiar do sentido que os escritores do século IV davam às reformas empreendidas por Sólon, que consideravam como um dos fundadores da democracia. Se a divisão censitária é na realidade da sua autoria, não se pode de modo algum esquecer que na sua génese não estiveram só preocupações de carácter político: houve seguramente preocupações de carácter militar e talvez também de carácter fiscal.



#### 4.2.2. *O acesso dos tetas às assembleias*

É perfeitamente legítimo supor que o acesso dos *tetas* às assembleias não tenha sido o resultado de uma reforma concebida por um legislador, mas sim uma situação de facto, resultante dos tumultos que caracterizaram a história de Atenas no século VI, muito especialmente das várias crises que balizaram o acesso de Pisístrato ao poder. Pisístrato deve ter-se apoiado no povo dos campos, de quem se tornou protetor, mas também na população urbana cuja importância aumentava, favorecendo o desenvolvimento da cidade e os progressos do artesanato. E foi este *dêmos* que, depois da queda dos partidários de Pisístrato, o aristocrata Clístenes acolheu como acólitos, como diz Heródoto, para melhor se ver livre dos seus adversários.

#### 4.2.3. *As reformas de Clístenes*

Mas Clístenes não queria implantar uma nova tirania para seu proveito próprio e só se apoiou no *dêmos* para depois — como diz o autor da *Constituição de Atenas* — lhe devolver o poder. Nunca saberemos o que levou este representante de uma das grandes famílias de Atenas, os Alcmeónidas, a modificar as estruturas da sociedade ateniense, remodelando o espaço cívico para dar uma base concreta à igualdade jurídica dos cidadãos. Estes foram distribuídos por dez tribos que reuniam circunscrições de cada uma das três regiões geográficas da Ática: a cidade, a costa e o interior. O autor da *Constituição de Atenas* refere-se ao papel dos Alcmeónidas na queda dos tiranos para explicar a posição de «patrono do *dêmos*» em que Clístenes ficou. Esta explicação foi também usada no século IV, quando a queda dos tiranos foi apresentada como uma vitória da democracia, quando na realidade os seus autores eram os aristocratas atenienses, apoiados pelo rei de Esparta, Cleómenes. Independentemente das razões que levaram Clístenes a alterar tão profundamente as estruturas da sociedade cívica, o certo é que o nascimento da cidadania ateniense é, de qualquer modo, obra sua. E isto é indiscutível, até porque é nesta altura que, para distinguir os homens livres que

habitam Atenas e o seu território dos que são estranhos à comunidade cívica (artesãos que se instalaram numa cidade em plena expansão para aí exercerem a sua profissão, comerciantes atraídos por um lugar onde se realizavam negócios lucrativos, etc.) foi criado o estatuto de meteco, isto é, de estrangeiro residente.

### **4.3. O fator económico: a invenção da moeda**

O que nos leva à análise de um último fator que durante muito tempo foi considerado determinante: o fator económico. Não se duvida de que, para o mundo das cidades gregas, o período que vai do século VIII ao século VII foi um período de desenvolvimento das atividades artesanais e comerciais. Basta lembrarmo-nos da importância da cerâmica, desses belos vasos que foram encontrados por toda a orla do Mediterrâneo. Corinto, primeiro, e sobretudo Atenas, foram importantes centros de produção. Grande parte desses vasos eram exportados e serviam de moeda de troca para a aquisição dos produtos que as cidades gregas não tinham: metais, cereais e também mão de obra servil, que se tornava cada vez mais necessária até porque, mais ou menos lentamente, o campesinato dependente se ia emancipando. Estas trocas iriam em breve ser facilitadas pela invenção de um instrumento incomparável: a moeda. É a partir do século VII que algumas cidades gregas começam a cunhar moeda. Têm surgido muitas dúvidas acerca das razões desta invenção, que na realidade foi copiada do reino lídio. Há quem a veja como a consequência normal do desenvolvimento das trocas no Mediterrâneo. Era esta a opinião do filósofo Aristóteles. Há, no entanto, todo um conjunto de razões mais complexas, de ordem política, ética e social. Mas uma vez criada para responder a estas necessidades diversas, a moeda tornar-se-ia incontestavelmente, pelo menos para algumas cidades, e entre elas Atenas, o instrumento privilegiado do comércio. Posto isto, é extremamente difícil definir qual terá sido o impacto destas transformações económicas na evolução da sociedade. Na realidade, muito frequentemente, os atores destas transformações eram estranhos às comunidades

cívicas; já o referimos anteriormente, a propósito dos artesãos e dos comerciantes que vieram estabelecer-se em Atenas devido ao desenvolvimento da aglomeração urbana e da crescente necessidade de assegurar o abastecimento da cidade em cereais e em mão de obra servil. É, de facto, quando a produção de vasos se desenvolve enormemente, primeiro decorados com figuras negras, depois com figuras vermelhas, e quando voltam a ser exploradas as minas de prata do Láurio que são cunhadas as primeiras moedas atenienses — as famosas corujas — ornadas na face com a figura de Atena e na coroa com a ave, fiel companheira da deusa. Mas, contrariamente ao que tem sido dito, este surto de actividades artesanais e mercantis não fez nascer uma «burguesia mercantil e industrial» capaz de suplantar a velha aristocracia, pois muitos destes artesãos e mercadores eram estranhos à comunidade cívica. Contudo, Aristóteles diz que Clístenes, mercê da sua reforma, deu a cidadania a estrangeiros e mesmo a escravos. Mas isso só deve ter abrangido um pequeno número dos que foram para a cidade, atraídos pelo desenvolvimento de Atenas.

Quanto ao que se passava noutros sítios, as informações de que dispomos são demasiado escassas para podermos formular hipóteses válidas. Em relação a Esparta, sabemos que aos espartanos que formavam a comunidade de cidadãos era interdita toda e qualquer actividade mercantil ou artesanal. Nas outras cidades, as informações fragmentárias que temos dizem-nos que, nalguns casos, a situação era semelhante à de Atenas, e noutros, que os membros da velha aristocracia controlavam frequentemente as actividades mercantis, confiadas a dependentes. Quanto aos artesãos, em quase todo o lado eram estranhos à comunidade cívica, que continuava estreitamente associada à posse da terra.

É precisamente isto que caracteriza Atenas e talvez algumas outras cidades que, como ela, estavam abertas ao mundo exterior: a pertença à comunidade cívica não estava necessariamente ligada à posse do solo. Isto deve-se, pelo menos no caso de Atenas, às medidas de Sólon, que fizera regressar a Ática pessoas que tinham sido vendidas como escravos ao exterior, mas não lhes concedera terras. E deve-se sobretudo às medidas de Clístenes, que criou a *isonomia*,

a igualdade à face da lei, e por lei, de todos os que eram membros de um demo, essa circunscrição territorial que se transformou na base da cidadania.

# ÍNDICE

<b>Introdução</b> .....	9
<b>1. As origens da cidade grega e a elaboração da cidadania</b> .....	11
1. A civilização micénica .....	12
1.1. Os poemas homéricos. ....	12
1.2. As escavações de Micenas .....	12
1.3. A organização palaciana. ....	13
2. O despertar do fim do século IX e o nascimento da cidade grega .....	14
2.1. O reaparecimento da escrita. ....	14
2.2. As primeiras manifestações da vida cívica. ....	15
2.3. O exemplo de Atenas .....	16
3. As transformações das cidades gregas entre os séculos VIII e VI .....	17
3.1. A crise agrária. ....	17
3.2. A expansão grega no Mediterrâneo .....	18
3.3. A crise em Atenas: Sólon .....	19
3.4. O exemplo de Esparta. ....	20
3.5. A tirania .....	21
4. O alargamento da comunidade cívica: O nascimento da ideia de igualdade. ....	22
4.1. O fator militar. ....	22

4.2. O exemplo de Atenas: a revolução clisteniana . . . . .	24
4.2.1. O sistema censitário . . . . .	24
4.2.2. O acesso dos <i>tetas</i> às assembleias . . . . .	25
4.2.3. As reformas de Clístenes . . . . .	25
4.3. O fator económico: a invenção da moeda . . . . .	26
Documentos . . . . .	29
<b>2. O que é preciso para se tornar cidadão?</b> . . . . .	<b>33</b>
1. Os critérios de pertença a uma comunidade cívica . . . . .	33
1.1. A exclusão dos não-livres . . . . .	34
1.2. A exclusão dos que se entregavam a determinadas atividades . . . . .	34
1.3. A exclusão dos mais pobres . . . . .	35
2. Os quadros da comunidade cívica . . . . .	35
2.1. A tribo . . . . .	35
2.1.1. As tribos jónicas . . . . .	36
2.1.2. As tribos dóricas . . . . .	37
2.1.3. As modificações da organização tribal . . . . .	37
2.2. A frátria . . . . .	38
2.3. O demo . . . . .	39
3. O nascimento . . . . .	40
3.1. A condição feminina na cidade . . . . .	40
3.2. O casamento, fundamento da sociedade cívica . . . . .	41
3.3. O cidadão em Atenas . . . . .	41
3.4. O cidadão fora de Atenas . . . . .	42
4. As outras vias de acesso à cidadania . . . . .	43
4.1. O acesso à cidadania pela via legal . . . . .	43
4.1.1. Atribuição do direito de cidadão a indivíduos . . . . .	43
4.1.2. Atribuição coletiva do direito de cidadão . . . . .	44
4.2. O acesso à cidadania pela via ilegal . . . . .	45
4.2.1. Individualmente . . . . .	45
4.2.2. Coletivamente . . . . .	45
Documentos . . . . .	47

<b>3. O «ofício» de cidadão</b> .....	51
1. Cidadania e vida económica .....	51
1.1. A ligação com a terra .....	52
1.2. Artesãos e cidadãos .....	52
1.3. A cidade e a atividade comercial .....	53
2. A atividade política do cidadão .....	54
2.1. A atividade política do cidadão numa democracia. ....	54
2.1.1. A assembleia do povo .....	54
2.1.2. O Helieu .....	55
2.1.3. O conselho dos Quinhentos .....	56
2.1.4. As magistraturas .....	56
2.2. A atividade política do cidadão numa oligarquia .....	57
3. A atividade militar do cidadão .....	58
3.1. A cidade dos hoplitas .....	58
3.2. O caso de Atenas .....	59
3.3. Os limites da atividade militar do cidadão .....	60
4. A atividade religiosa do cidadão .....	62
4.1. A religião grega, uma religião cívica .....	62
4.2. A vida religiosa do cidadão .....	63
4.3. As mulheres «cidadãs» e a religião .....	64
Documentos .....	67
<b>4. Cidadãos «ativos» e cidadãos «passivos»</b> .....	71
1. A privação dos direitos políticos .....	71
1.1. A atimia .....	72
1.2. As revoluções políticas .....	73
1.2.1. A revolução de 411 .....	73
1.2.2. O governo dos Trinta .....	74
1.2.3. O decreto de 322 .....	74
2. O desinteresse pela vida política .....	75
2.1. Democracia e participação .....	75
2.2. A classe política .....	76
2.2.1. As classes de Sólon .....	77
2.2.2. O recrutamento dos homens políticos .....	77
2.2.3. A evolução da classe política .....	78

2.3. A passividade do <i>dêmos</i> : mito ou realidade? . . . . .	79
3. A evolução da cidadania no século IV . . . . .	81
3.1. As transformações dos exércitos cívicos . . . . .	81
3.2. O carácter «profissional» da vida política . . . . .	82
3.3. Novos centros de interesse? . . . . .	83
Documentos . . . . .	85
<b>5. A reflexão teórica sobre a cidadania . . . . .</b>	<b>89</b>
1. O debate sobre a <i>politeia</i> . . . . .	89
1.1. O diálogo «persa» nas <i>Histórias</i> de Heródoto . . . . .	90
1.2. O debate sobre a democracia na segunda metade do século V . . . . .	91
1.3. Os sofistas . . . . .	92
2. O tema da <i>patrios politeia</i> . . . . .	94
2.1. Os modelos: Drácon, Sólon, Clístenes . . . . .	94
2.1.1. Drácon . . . . .	94
2.1.2. Sólon . . . . .	95
2.1.3. Clístenes . . . . .	96
2.2. O tema da <i>patrios democratia</i> : o <i>Aeropagítico</i> de Isócrates . . . . .	96
3. O cidadão segundo os teóricos . . . . .	98
3.1. Platão e a Academia . . . . .	99
3.1.1. <i>A República</i> . . . . .	99
3.1.2. <i>As Leis</i> . . . . .	100
3.2. Aristóteles . . . . .	102
3.2.1. A definição do cidadão . . . . .	102
3.2.2. A análise das constituições . . . . .	104
3.2.3. A cidade ideal . . . . .	105
Documentos . . . . .	107
<b>Conclusão . . . . .</b>	<b>111</b>
<b>Pequeno léxico das instituições . . . . .</b>	<b>115</b>
<b>Léxico dos nomes próprios . . . . .</b>	<b>121</b>
<b>Cronologia . . . . .</b>	<b>125</b>
<b>Bibliografia . . . . .</b>	<b>127</b>